

Fatos Rápidos

NetDocuments e a LGPD

A NetDocuments reconhece que a LGPD define um novo e mais alto padrão para proteção, segurança e conformidade de dados pessoais. Embora sua jornada para a conformidade com a LGPD possa parecer desafiadora, o NetDocuments está aqui para ajudar nossos clientes globalmente. - **ALVIN TEDJAMULIA, DIRETOR DE TECNOLOGIA**

O que é a LGPD?

A Lei federal nº 13.709/2018, comumente chamada de Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), é uma lei brasileira de âmbito nacional que protege os direitos das pessoas no Brasil, em relação à forma como os seus dados pessoais são colhidos, armazenados ou de qualquer outra forma tratados, e como esses dados pessoais são trazidos ou enviados para outros países.

O que a LGPD regulamenta?

A LGPD regulamenta pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público ou privado que: realizem qualquer tratamento de dados em território nacional, tratem dados pessoais com o objetivo de fornecer bens ou serviços no território nacional, ou tratem dados pessoais que tenham sido coletados no território nacional. A LGPD também regula a transferência internacional de dados pessoais. Os termos que são pontos focais na LGPD são:

- **Dado Pessoal:** é qualquer “informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável” **Art. 5º, inc. I**
- **Tratamento:** é qualquer “operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão,

distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração” **Art. 5º, inc. X**

- **Controlador:** Um cliente da NetDocuments é um controlador. É qualquer “pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais” **Art. 5º, inc. VI**
- **Operador:** NetDocuments é um operador, em relação aos seus clientes. É qualquer “pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.” **Art. 5º, inc. VII**
- **Transferências Internacionais De Dados:** A LGPD regulamenta a transferência de dados pessoais para outros países ou organismos internacionais.

Qual é o cronograma da LGPD?

Sancionada em 14 de agosto de 2018, a LGPD representa uma completa inovação em termos de proteção de dados pessoais no Brasil.

- A LGPD entra em vigor em setembro de 2020, com a ressalva de que o capítulo referente às sanções administrativas apenas valerá a partir de agosto de 2021.

Requisitos específicos da LGPD

A LGPD estabelece dez princípios que devem nortear o tratamento de dados pessoais, garante, pelo menos, doze direitos aos titulares dos dados pessoais, exige a implementação de medidas de proteção de dados e regula as transferências de dados para o exterior. Os controladores devem seguir esses requisitos para proteger os dados pessoais.

Os seis princípios mais importantes para o tratamento de dados pessoais

1. **Transparência:** garantia de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento. **Art. 6º, inc. VI**
2. **Finalidade:** tratamento para propósitos legítimos, específicos e explícitos, sem possibilidade de tratamento posterior. **Art. 6º, inc. I**
3. **Adequação:** compatibilidade do tratamento às finalidades informadas ao titular dos dados pessoais. **Art. 6º, inc. II**
4. **Qualidade dos dados:** garantia de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados. **Art. 6º, inc. V**
5. **Necessidade:** limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades. **Art. 6º, inc. III**
6. **Segurança:** utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais. **Art. 6º, inc. VII**

Doze direitos dos titulares dos dados pessoais:

1. Disponibilidade de informações claras sobre o tratamento de dados. **Art. 9º**
2. Confirmação do controlador quanto à existência de tratamento. **Art. 18, inc. I**
3. Acesso dos titulares aos dados tratados pelo controlador. **Art. 18, inc. II**
4. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados. **Art. 18, inc. III**
5. Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados indevidamente. **Art. 18, inc. IV**
6. Revogação de consentimento pelo titular dos dados pessoais. **Art. 18, inc. VI e IX**
7. Portabilidade dos dados para outro fornecedor de serviço ou produto. **Art. 18, inc. V**
8. Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa. **Art. 18, inc. VIII**
9. Informação do controlador quanto ao compartilhamento dos dados pessoais. **Art. 18, inc. VII**
10. Direito de petição à Autoridade Nacional. **Art. 18, § 1º**
11. Direito de oposição a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento. **Art. 18, § 2º**
12. Direito à revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais. **Art. 20**

Medidas de Segurança Necessárias

Os sistemas e as rotinas empregados para o tratamento de dados pessoais devem incluir medidas de segurança, técnicas e administrativas adequadas e suficientes para proteger os dados pessoais. Essas medidas devem ser observadas desde as respectivas fases de concepção (“privacy by design” – Art. 46, § 2º) e devem ser adotadas como padrão de funcionalidade (“privacy by default” – Art. 49). Controladores e operadores devem adotar requisitos de segurança próprios, adequados e relacionados às suas respectivas atividades (Arts. 46 e 50). Controladores e operadores devem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem (Art. 37).

Transferência Segura De Dados A Terceiros Países

A transferência internacional de dados pessoais somente pode ocorrer licitamente nas seguintes situações:

- **Transferência para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção considerado adequado. (Art. 33, inc. I)**
Garantia do controlador quanto ao cumprimento das regras previstas na LGPD, mediante a adoção de uma dentre as ferramentas listadas no Art. 33, inc. II.
- **Mediante autorização específica concedida pela ANPD. (Art. 33, inc. V)**
Em situações específicas, mediante consentimento expresso do titular dos dados ou autorização legal expressa.

Como o NetDocuments está em conformidade com a LGPD:

NetDocuments atende aos requisitos de segurança da LGPD para operadores (Arts. 46 e 49) por meio de uma infraestrutura de segurança abrangente. NetDocuments já funciona segundo os padrões de conformidade estabelecidos pelo GDPR europeu (“General Data Protection Regulation”) e implementará as medidas de salvaguarda que se tornarem disponíveis no Brasil, a partir da atuação da ANPD.



NETDOCUMENTS É O SEU MELHOR CAMINHO PARA CONFORMIDADE COM A LGPD



Encryption Key Management

A Gerenciamento da Chave de Criptografia Todo o conteúdo

é criptografado, com a opção de chaves gerenciadas pelo próprio cliente. Suporte incomparável para o gerenciamento das chaves por conteúdo, se necessário.



Extração de Categorias de Dados

Empregando tecnologia de “machine learning”, o conteúdo

dos documentos (incluindo razão social, nome, endereço, cargos e títulos, e qualquer informação relacionada) é identificado e extraído. Essas categorias de dados ficam à disposição dos clientes mediante mecanismos internos de busca e através da nossa ferramenta REST API para customização.



Proteção contra perda de dados (DLP).

O Serviço viabiliza a adoção de estratégias de negócios tendentes a evitar que dados sensíveis ou privilegiados saiam da rede corporativa. Nossas políticas se apóiam em metadados e são aplicadas independentemente de parametrização.



Retenção de Dados + Políticas de Segurança

Todo o conteúdo pode ser classificado através de políticas de retenção e segurança baseadas na situação de metadados (aberto, fechado). Essas políticas incluem padrões éticos e outros controles de segurança da informação.

Padrões de Processamento.

NetDocuments disponibiliza ferramentas e funções que auxiliam diretamente os controladores a se conformarem às exigências legais. O NetDocuments permite que seus usuários controlem com precisão o prazo de retenção dos documentos (**Art. 16**), a forma de gerenciamento dos documentos, e a transmissão segura dos documentos.

Direitos dos Titulares dos Dados.

NetDocuments fornece uma maneira segura e conveniente para que os controladores assegurem e implementem os direitos dos titulares dos dados pessoais. As ferramentas e funcionalidades do NetDocuments permitem que os usuários mantenham registros relacionados à coleta de

dados pessoais, ao local de guarda dos dados pessoais, e aos dados pessoais que devem, ou não, ser coletados.

Acesso e Correção de Dados Pessoais.

NetDocuments simplifica a localização de dados pessoais, inclusive para permitir resposta às solicitações de acesso e de correção dos dados pessoais (**Art. 18, incs. II e III**), e disponibiliza ferramentas para a eliminação de documentos, quando necessário (**Art. 18, incs. VI e IX**). O NetDocuments mantém todos os documentos em seus formatos originais para facilitar a sua eventual portabilidade (**Art. 18, inc. V**).

Identificação de Dados Pessoais em Imagens.

Os usuários podem organizar rapidamente os arquivos de imagem por tipo e por assunto. Aplicativos populares de OCR fornecidos por terceiros podem ser facilmente integrados ao Serviço para digitalizar e identificar dados pessoais a partir das imagens. O NetDocuments está desenvolvendo soluções complementares de OCR a serem integradas ao Serviço, com disponibilidade prevista para 2018.

Registro das Atividades de Tratamento.

NetDocuments inclui recursos de relatório e documentação para facilitar que os usuários atendam às exigências previstas no Art. 37 da LGPD, relativamente à manutenção de registros das atividades de tratamento, incluindo a finalidade do tratamento, as categorias dos titulares dos dados, registros de transferências de dados, cronogramas de guarda e de eliminação, e processos de proteção e eliminação de dados.

Transferências Internacionais de Dados.

NetDocuments já funciona segundo os padrões de conformidade estabelecidos pelo GDPR europeu ("General Data Protection Regulation") e implementará as medidas de salvaguarda que se tornarem disponíveis no Brasil, a partir da atuação da ANPD.

Suporte "Multi-Office".

NetDocuments é um serviço que os clientes podem empregar para a administração de escritórios localizados em diferentes países, como forma de centralizar e uniformizar o gerenciamento de documentos que contenham dados pessoais.

O Serviço NetDocuments é projetado e operado de forma que todos os documentos do cliente (Controlador) armazenados no Serviço, incluindo documentos que contenham dados pessoais, sejam mantidos em segurança e sigilo, tanto em guarda quanto em trânsito. O pessoal da NetDocuments não tem conhecimento do tipo ou do conteúdo dos documentos do cliente (Controlador). Uma vez implantado, o NetDocuments torna-se um "serviço-tronco", permitindo que os controladores cumpram a maioria dos requisitos impostos pela LGPD.